



MICROGRÁFICA NO GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO

FLASH

Nº

005



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TRIBUNAL DE CONTAS

**CONTAS DE GESTÃO
VOLUME
2001**

**** Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ****
02/003636
7.769-1/02

Dt. Cad : 21/03/2002 Of.: 132/02 Dt. Of.: 20/03/2002 N° Orig.:
Origem : GABINETE DO GOVERNADOR
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS (DOC)*
Int. Principal : ANTHONY WILLIAM GAROTINHO M DE OLIVEIRA
Observação : DOCUMENTOS REF CONTAS GESTÃO GOVERNO DO ESTADO RJ - EXERCICIO
2001 TCE 103.039-4/02 (VOLUME 18)

Nome:

**** Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ****
02/002827
031.573-4/02

Dt. Cad : 24/09/2002 Of.: 132/02 Dt. Of.: 20/03/2002 N° Orig.:
Origem : GABINETE DO GOVERNADOR
Espécie:
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS (DOC)*
Int. Principal : ANTHONY WILLIAM GAROTINHO M DE OLIVEIRA
Assunto:
Observação : DOCUMENTOS REF CONTAS GESTÃO GOVERNO DO ESTADO RJ - EXERCICIO
2001 TCE 103.039-4/02 (VOLUME 18) - TCE 7.769-1/02

CONTAS DE GESTÃO

Governador
Anthony William Garotinho

Exercício
2001

Relator : José Maurício de Lima
Nolasco



Anexo - 2

Relatório das Contas Consolidadas do Estado do Rio de Janeiro
Exercício de 2001

TCE - RJ

PROCESSO Nº

7769 - 1/02

RUBRICA



SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Of. SEMADS/DGAF nº 342

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2001

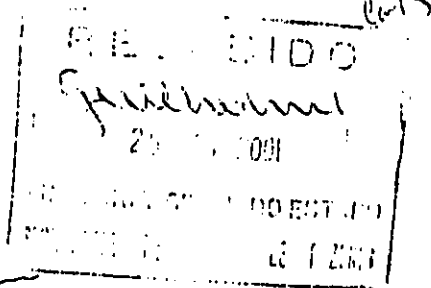
Ilmo Senhor
Dr. Hildenir de Oliveira Chaves
M.D. Auditor Geral do Estado
Secretaria de Estado de Fazenda e Controle Geral
Rua da Alfândega nº 48 - 6º andar

Senhor Auditor Geral,

Em resposta ao OFÍCIO AGE nº 0904 de 23/08/2001, informamos que já foi encaminhada a V.Sa., através do Ofício FEEMA/PRES nº 389/01, informação sobre providências adotadas por esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente no que tange a determinação 32 do TCE/RJ.

Atenciosamente,

Jair da Silva
Jair Luis Jacques da Matta
Diretor Geral do Departamento
De Administração e Finanças



Ap
GTGG, m
25.09.01
Jair

TCE - RJ



PROCESSO Nº

7769 - 1/02

LB

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

OF FEEMA/PRES Nº 337/01

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2001.

Exmo Sr.
Dr. Hildenir Oliveira Chaves
M.D. Auditor Geral do Estado
Rua da Alfândega, 48 / 5º andar - Centro
20070-000 - Rio de Janeiro/RJ.

Ref.: Of. AGE n. 0385
Of. AGE n. 0356

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o, vimos através do presente encaminhar as informações solicitadas por Vossa Senhoria, relativas ao "passivo ambiental causado pelos danos ecológicos no âmbito do Estado e suas consequências em sua economia".

Ao ensejo reiteramos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,


AXEL SCHMIDT GRAEF
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

15 de maio de 2001

13.03

At.
11/05/2001
15.05.01
Euany

OF FB 1791.doc

Rua Fonseca Teles, 121 - 15º andar - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20940-200 telefone: (021) 589-3724 e 589-0120 fax: 589-3283

TCE - RJ
PROCESSO Nº 7769 - 1/02
REPUBLICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE ATIVOS E PASSIVOS AMBIENTAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. INTRODUÇÃO

O corpo funcional da FEEMA, aqui representado pelo seu Presidente vem, com muito apreço, parabenizar o Tribunal de Contas do Estado pela iniciativa pioneira de alçar a variável ambiental, no âmbito da gestão das contas públicas do Estado do Rio de Janeiro, à condição de sua verdadeira importância no contexto econômico e social da nossa sociedade.

Tal fato é uma valiosa contribuição à causa ecológica que, mesmo com o empenho dos servidores e segmentos da população que militam no setor, no passado foi relegada a um plano secundário em termos de políticas públicas e recursos, incompatível com a crescente prioridade do tema.

O TCE, dada a grandeza de suas atribuições, com o firme propósito de desenvolver e implantar novos métodos que incluam o balanço ambiental nas contas públicas, muito contribuirá para a reversão desse quadro, consolidando de forma definitiva a gestão ambiental no nosso Estado.

2. IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PÚBLICA

Antes de quaisquer considerações específicas sobre as diferentes variáveis que venham a compor a chamada Contabilidade Ambiental, necessário faz-se consolidar alguns princípios macroeconômicos vigentes que serão diretamente influenciados, na medida que aquele conceito for incorporado na gestão pública e, por consequência, no Sistema de Contas Nacionais.

O Sistema de Contas Nacionais é basicamente o conjunto de balanços macroeconômicos que visam a representatividade dos processos de geração, circulação e apropriação de riqueza através da quantificação das transações econômicas entre os diversos agentes de uma economia, por categoria relevante, durante determinado espaço de tempo, com o cerne na atividade econômica pelo lado da produção; sendo contabilizada tanto pelo lado físico ou real, através do balanço entre insumos e o fluxo de bens e serviços produzidos que possuem uma destinação final, quanto pelo lado econômico, o qual explicita a geração da renda e seu estágio inicial de apropriação.

O Produto Interno Bruto (PIB) é a variável síntese das Contas Nacionais e é igual à demanda final da economia, ou seja, o montante de bens e serviços destinados ao uso final: consumo das famílias e da coletividade, acumulação e exportação medidos a preços de comprador, menos o valor de bens e serviços importados.

A Renda dentro das Contas Nacionais é definida como resultado da atividade produtiva e se expressa no conjunto de remunerações primárias, indicando a variação da riqueza ou acumulação de ativos produzidos em uma economia. Pelos critérios vigentes, uma atividade só pode gerar produto/renda se estiver compreendida dentro de uma fronteira de produção. As atividades que



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

estão excluídas dessa classificação não são consideradas pelas Contas Nacionais e, portanto, não afetam a medida do PIB.

Na questão do conjunto de ativos, existe os que são utilizados como insumos dentro da fronteira de produção mas não podem ser produzidos dentro dela. A classificação da ONU para tais ativos é a de não-produzidos, podendo ser tangíveis ou intangíveis; caso dos recursos naturais. Como a sua geração não é fruto de atividades produtivas, a variação de seus estoques não pode afetar a renda conforme é convencionalmente calculada. Por causa disso, as Contas Nacionais ignoram a exaustão ou degradação dos recursos naturais, embora esses processos possam ter importância econômica para o país.

Em decorrência, o cálculo do PIB só considera os ganhos que se obtém na exploração desses recursos, gerando um equívoco quanto à utilização destes. Pelas atuais convenções, quanto mais utilizados os recursos naturais maior será o crescimento do produto não sendo levadas em conta as perdas de ativos não-produzidos decorrentes do processo de exaustão, além que os custos de correção de problemas ocasionados pela degradação dos recursos naturais são vistos como acréscimo do nível de atividade; caso das despesas ocasionadas pela despoluição do meio ambiente.

Nos aspectos microeconômicos cabem aqui algumas considerações para uma abordagem nos conceitos da ciência contábil. Esta define que os Passivos são subtraídos dos Ativos, ou Ativos negativos (Teoria da Propriedade); ou como obrigações de entregar a terceiros parte de seu Ativo ou prestar-lhes serviços (IBRACON).

Conforme Andrade Eurídice S. M. (Pensar Contábil nº 9), uma entidade, baseando-se em conceitos contábeis, sociais ou econômicos, pode, por questões de políticas, normas ou procedimentos próprios, incorrer em certas obrigações e liquidá-las da mesma forma que contratos legalmente executórios. Isto quer dizer que a entidade pode provisionar valores que se obriga a pagar por danos causados quando não há nenhuma exigência legal a fazê-lo. Como exemplo pode-se citar a entidade que adquire um equipamento para preservar o meio ambiente e que faz o devido registro contábil no seu Ativo. Considerando sua atividade operacional agressiva ao meio ambiente, tal equipamento estará sendo consumido de forma antipolvente, ou seja, não haverá poluição e consequentemente nenhuma obrigação de despoluição ou reparação de danos precisará ser registrada no Passivo pela inexistência da obrigação futura de transferir Ativos ou prestar serviços.

Quando a entidade não adquire o equipamento, provocará um custo futuro para a recuperação ambiental, devido à poluição gerada por sua atividade operacional, ou seja, o consumo do Ativo despolvente será no futuro, fazendo-se necessário o registro da despoluição ou reparação de danos no Passivo, pela obrigação futura de transferir Ativos ou prestar serviços.

Como se depreende das considerações anteriores, o tema é bastante complexo face às repercussões que tem no amplo espectro macro e microeconômico da sociedade. Indicadores de qualidade de vida ainda estão na fase conceitual, dificultando estimativas de valoração. A mensuração dos eventos relacionados com o meio ambiente carece de estudos mais aprofundados visando compatibilizá-los com as regras usuais de Custos de Reposição. As variáveis temporais de "consumo do meio ambiente" transcendem os períodos contábeis atualmente aceitos, forçando



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

uma adaptação gradual das regras de composição, registros e periodicidade de apuração de balanços.

Mesmo assim, registre-se que a mudança de regras é inevitável face ao fato que a preocupação com o meio ambiente disseminou-se entre a população mundial, alcançando não só os governos mas também as empresas, exigindo destes uma reavaliação no sentido de que a continuidade da sociedade, e portanto também das empresas, depende da utilização racional do meio ambiente.

3. ATIVOS AMBIENTAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Considerações Gerais

Apesar de remanescerem apenas cerca de 20% do recobrimento vegetal que existia à época do descobrimento, o Estado do Rio de Janeiro ainda é detentor de significativo banco de recursos bióticos.

Distribuem-se, esses remanescentes, em particularizações florísticas e faunísticas – marcantes de uma ampla diversificação de ecossistemas –, em diferentes trechos do território, e determinam não só peculiaridades das paisagens regionais, mas também de traços distintivos, que se refletem nas culturas próprias de cada canto desse Estado.

Deve-se essa multiplicidade biótica – e, decorrentemente, cultural – às especificidades dos ambientes fluminenses. O Rio de Janeiro possui distintas regiões fitoecológicas, todas caracterizadas pela presença de endemismos bióticos. Significa isso dizer, que muitas das espécies animais e vegetais que vivem em nosso território são únicas, isto é, não ocorrem em qualquer outra parte do País ou do Mundo. É exatamente isso que caracteriza a riqueza da biodiversidade fluminense, reconhecida desde o Século XIX por célebres naturalistas que estudaram a nossa natureza (Darwin, Martius, Mikán, Pohl, Saint Hilaire, Schott, Sellow, Ule e tantos outros).

Ao considerar que cada tipo de recobrimento vegetal tem influências, diretas e indiretas, sobre a fauna, o solo, o ar, a captação d'água atmosférica (e a conseqüente geração de água utilizável), percebe-se que cada segmento vegetacional diferenciado possui propriedades específicas na dinâmica de funcionamento dos ciclos hidrobiogeoquímicos do próprio ambiente em que se situa e dos ambientes circundantes.

Levando-se em conta que se consideram 'ativos ambientais' como as coleções de recursos naturais prestadores de serviços ambientais (diretos e indiretos) economicamente valoráveis (suprimento d'água, manutenção de estoques genéticos, oferecimento de oportunidades de lazer, entre outros) (apud Caracterização dos ativos ambientais em áreas selecionadas da Zona Costeira Brasileira - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998), e que os ativos ambientais destacam-se por:

- serem fontes de recursos naturais,
- funcionarem como suporte para o desenvolvimento de atividades socioeconômicas e
- serem passíveis de utilização para deposição de efluentes dessas atividades,

pode-se afirmar que o nosso Estado é privilegiado pela diversidade de ambientes que se podem considerar, segundo a conceituação do MMA, como ativos ambientais.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

Os valores potenciais desse ambiente naturais estão vinculados aos seus próprios atributos. Sejam seus componentes (solo, água, ar, flora, fauna); sejam os produtos deles extraídos ou extraíveis (madeira, lenha, resinas, essências, látex, pescado) ou sejam, ainda, as funções ecológicas que desempenham ou podem desempenhar (seqüestro de CO₂, contenção de taludes, minimização de processos erosivos, exportação de biomassa).

Assim, os atributos dos sistemas ambientais são múltiplos e dependem de cada tipo de ambiente natural

Adjacentes ao mar fluminense – fornecedor de riqueza mineral, de pescado, de oportunidades de lazer e de facilidades locais para portos, marinas e outros equipamentos produtivos –, nas áreas de características estuarinas, estão os manguezais, considerados entre os ecossistemas mais produtivos da Terra, em termos de recursos ambientais, vinculados aos componentes, aos produtos e às funções ecológicas que desempenham.

Ainda adjacentes ao mar, ficam as restingas – propiciadoras de frutos, madeiras, plantas medicinais e ornamentais em pleno uso ou de uso potencial –, nas quais se encontram espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção que agregam a esses ecossistemas fluminenses valores não encontrados em outras restingas do País.

Entre os cordões arenosos das restingas, encontram-se dezenas de lagoas e brejos, de variadas características hidrológicas que os diferenciam entre si, qualitativa e quantitativamente, em termos de recursos que podem oferecer. Quase todas as lagoas já são utilizadas como áreas de pesca ou de lazer. Dentre todas, sobressaem a Lagoa Feia, por suas dimensões, e a Lagoa de Cima, por ser a única de água exclusivamente doce. Lagoas e brejos fluminenses desempenham fundamental importância nas rotas de aves migratórias que chegam ao País provenientes, tanto do Hemisfério Norte, quanto do Hemisfério Sul.

Flora e fauna, também diferenciadas de suas homólogas do restante do País, encontram-se distribuídas na denominada Mata Atlântica que é, na realidade, composta por diferentes tipos florestais peculiares. Na Mata Atlântica fluminense estão representadas quatro modalidades da Floresta Ombrófila Densa, na Serra do Mar e nas baixadas em que não ocorrem secas prolongadas; três da Floresta Estacional Semidecidual, na Serra da Mantiqueira, no vale do Rio Paraíba do Sul e nas baixadas que têm estações secas marcantes; uma da Floresta Ombrófila Mista, na Serra da Bocaina, além dos campos de altitude, nas partes mais elevadas das serras; de uma modalidade de caatinga, na Região das Baixadas Litorâneas com o menor índice pluviométrico do Estado, e de manchas vestigiais de cerrado, em Resende-Itatiaia.

Esse conjunto de ativos ambientais está relativamente protegido em cerca de cinco parques nacionais, seis parques estaduais, dez reservas biológicas e doze áreas de proteção ambiental, entre outras categorias de unidades de conservação, inclusive reservas particulares do patrimônio natural. Esse elenco de unidades, entretanto, ainda é insuficiente para a proteção efetiva de todas as modalidades de ecossistemas de que nosso Estado é detentor.

Os valores dos ativos ambientais do Estado do Rio de Janeiro, representados por seus ecossistemas, são ainda ampliados pela proteção por um elenco de diplomas legais específicos e pelo reconhecimento mundial das suas características peculiares: grande parte da região montanhosa é considerada Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Programa MaB (Man and

TCE - RJ



Processo Nº

7769 - 1/02

CR

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

Biosphere) da UNESCO e partes da região plana são contempladas na Convenção de Ramsar (Ramsar Convention on Wetlands of International Importance Specially as Waterfowl Habitats).

4. PASSIVOS AMBIENTAIS / Considerações Gerais

Conforme já definido anteriormente, o Passivo é uma obrigação basicamente gerada no Ativo.

Na temática ambiental o conceito é mais elástico, na medida que os usos dos "insumos" físicos do meio ambiente, quanto da ambiência sócio/cultural, adquirem valores de difícil mensuração, diferentemente dos passivos financeiros. Através de uma abordagem agregada e mais simplista, pode-se elencar os seguintes passivos:

- . Poluição dos Corpos Hídricos (rios, lagoas, mar/praias)
- . Poluição Atmosférica (ambientes abertos e fechados)
- . Saneamento Básico (ausência de equipamentos urbanos)
- . Erosão / Assoreamento
- . Gerados por uso incorreto do "insumo" solo (abertura de estradas, ocupação urbano/rural desordenada
- . Desmatamento / Destruição Ecossistemas
- . Extinção de Espécies
- . Disposição Inadequada de Resíduos (urbanos, industriais, nucleares, estocagem, comercialização e aplicação de agrotóxicos

No Passivo Sócio/Cultural pode-se citar:

- . Miséria e Exclusão Social

Neste item, por ser bastante intangível, fazem-se necessárias as seguintes colocações:

De modo sintético, o Estado do Rio de Janeiro pode ser visto como um conjunto de ecossistemas urbanos e rurais - nestes incluídos os florestais. No conjunto, esses ecossistemas são de per si abertos, na medida em que são mutuamente influentes ou complementares.

De modo geral, cabe aos ecossistemas urbanos e rurais prover necessidades biológicas e sócio-culturais, assim por um lado oferecendo matéria, espaço e energia, por outro, recebendo os produtos e resíduos das atividades humanas. Água, ar, espaço (solo), energia incluem-se entre as primeiras necessidades. Organização política, sistema econômico, de transporte e comunicação, de saúde, de educação, segurança e de atividades culturais - religião, lazer - incluem-se entre as segundas.

Tendo por referência os padrões de qualidade de vida aceitos na atualidade, tem-se que a elevação da variável população determina alterações no quadro de oferta de condições existenciais básicas por parte do meio ambiente, essas alterações implicando pressões, impactos, desequilíbrios, por um lado; e acomodações e compromissos de parte das comunidades humanas, por outro.

Rua Fonseca Teles, 121 - 15º andar - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20940-200 telefone: (021) 589-3724 e 589-0120 fax: 589-3283.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

Como exemplo, pode-se dizer que entre os impactos ambientais diretamente relacionados aos assentamentos urbanos de baixa renda, incluem-se:

- Obstáculos a uma política de uso do solo
- Impactos irreversíveis nos corpos d'água da bacia drenante
- Impactos irreversíveis na flora e fauna - Desmatamento e erosão
- Risco de deslizamento de encostas
- Risco de contaminação a partir de doenças causadas pelo aumento das condições propícias à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos)
- Destruição de manguezais e demais áreas protegidas.

No Passivo Financeiro propriamente dito, correlacionado com os Ativos (vide Matriz), tem-se:

- . Multas / Sanções
- . Investimentos Corretivos
- . Investimentos Preventivos

5. INSTRUMENTOS DE POTENCIALIZAÇÃO DOS ATIVOS E REVERSÃO DOS PASSIVOS AMBIENTAIS

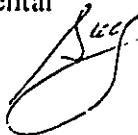
. Gestão de Recursos Hídricos

Considerando que as preocupações com qualidade e quantidade das águas dos rios, são pontos fundamentais para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida do país, a Constituição de 1998 previu a existência do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que foi detalhado na Lei de 1997 e quem vem sendo consolidado a partir da criação da Agência Nacional de Águas - ANA.

Neste sentido, a ANA propôs, por meio da Resolução 06 e 07, de 20 de março de 2001, a criação do Programa Nacional de Despoluição das Bacias Hidrográficas, que consiste no estímulo financeiro pela União, na forma de pagamento por esgotos tratados, a Prestadores de Serviço que investirem na implantação e operação de estações de esgotos sanitários em bacias hidrográficas com elevado grau de poluição hídrica. O Programa tem como principais objetivos:

- reduzir os níveis críticos de poluição hídrica observados nas bacias hidrográficas drenantes das áreas com maior densidade urbana e industrial do país; e,
- induzir a implantação de sistemas de gerenciamento de recursos hídricos nestas áreas, mediante a constituição de Comitês de Bacia Hidrográfica e respectivas Agências e da implementação de mecanismos para cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos, conforme previsto pela Lei 9.433.

. Auditoria Ambiental





TCE-RJ	
PROCESSO Nº	7765/1/9
RUBRICA	(FLS. 10

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

A Auditoria Ambiental foi instituída, pela Lei Estadual 1.898, de 26 de novembro de 1991, visando a otimização do sistema de controle ambiental nas atividades potencialmente poluidoras, através da introdução do instrumento de auto controle.

Tem como objetivo, implantar nas empresa ou atividades públicas e privadas potencialmente poluidoras, a Política de Gerenciamento Ambiental.

Através da Auditoria Ambiental é possível:

- Verificar as condições de implantação, de operação e da manutenção de atividades potencialmente poluidoras, e de seus respectivos sistemas de controle;
- Avaliar os principais impactos ambientais causados, e o potencial de eventuais riscos, para a qualidade ambiental na empresa ou atividade, bem como em sua área de influência;
- Definir as medida de controle a serem tomadas para preservar, conservar e restaurar o meio ambiente;
- Estabelecer programas e sistemas de gestão ambiental, visando a garantia da qualidade ambiental.

A legislação ambiental exige a realização de Auditorias Ambientais periódicas, para determinadas tipologias de atividades. Entretanto hoje estão sendo exigidos os respectivos Relatório de Auditoria Ambiental, para casos específicos.

Os dispositivos atualmente usados para apresentação de Relatórios de Auditorias Ambientais são, deliberações da CECA, restrições de Licenças da FEEMA e até mesmo através de notificações. Estas solicitações tem o objetivo de subsidiar Termos de Ajustamento de Conduta, para atividades que estão em desacordo com o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP, quer pela ausência de vinculação ou por descumprimento de Licenças e Deliberações da CECA.

As Auditorias Ambientais poderão tornar-se um instrumento eficaz na identificação de passivos ambientais das empresas/atividades..

Para um melhor aproveitamento deste instrumento, será necessário o estabelecimento de procedimentos para a sua apresentação, e a sua efetiva implantação por parte da FEEMA, em todos os casos previstos na legislação, bem como oficializar junto à CECA as atividades dispensadas.

São exigíveis por lei a apresentação de Auditoria Ambiental periódicas anuais as empresas ou atividades de elevado potencial poluidor, entre elas:

- as refinarias, oleodutos e terminais de petróleo e seus derivados
- as instalações portuárias
- as instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas
- as instalações de processamento e disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos
- as unidades de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas
- as instalações de tratamento e os sistemas de disposição final de esgotos domésticos
- as indústrias petroquímicas e siderúrgicas
- as indústrias químicas e metalúrgicas
- as instalações de processamento, recuperação e destinação final de lixo urbano
- as atividades de extração mineral

Termo de Compromisso Ambiental - TAC

Rua Fonseca Teles, 121 - 15º andar - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20940-200 telefone: (021) 589-3724 e 589-0120 fax: 589-3283



PROCESSO Nº

7769 - 1/02

RICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

Instrumentos criados com intervenção do Ministério Público, com o intuito de estabelecer compromissos legalmente inarguíveis de correção de passivos ambientais de atividades poluidoras.

Medidas Compensatórias

Os órgãos de controle ambiental, com a utilização de novas ferramentas de controle ambiental, tais como: Auditoria Ambiental, EIA/RIMA; passaram a dispor de informações mais precisas quanto aos impactos no meio ambiente ocasionados pelos diversos tipos de empreendimentos implantados (governamentais ou privados, industriais ou não).

Utilizando-se os conceitos de Gestão Ambiental nos empreendimentos, minimizam-se os impactos, devendo-se considerar dentre outros aspectos:

- ☐ A tecnologia a ser utilizada;
- ☐ As medidas de controle, preventivas e de recuperação a serem implantadas;
- ☐ Os programas de treinamento e conscientização das questões ambientais, para os técnicos envolvidos no empreendimento.

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro e suas vinculadas, FEEMA, SERLA e IEF, além das exigências técnicas realizadas com o objetivo de minimizar os impactos ambientais, está negociando caso a caso, com os empreendedores, a implantação de projeto que visem a:

- ☐ Recuperação de áreas degradadas;
- ☐ Preservação de áreas de interesse ambiental;
- ☐ Desenvolvimento de projetos de interesse interno da vinculada (definição de padrões), avaliação da qualidade do meio ambiente, etc...;
- ☐ Beneficiamento das comunidades implantadas no entorno do empreendimento (educação ambiental, treinamento, melhoria da qualidade de vida e ou de renda, etc...).

ISO 14000 – Gestão Ambiental

Instrumento de gestão exigido pelo mercado consumidor, notadamente o internacional, para avaliação dos serviços / produtos de uma determinada atividade.

6. MATRIZ RESUMO

6.1- Modelo Matricial Preliminar de Ativos / Passivos – “Insumo / Produto Ambiental”

TCE - RJ

PROCESSO Nº

7769 - 1/02

RUBRICA

12

ATIVOS	PASSIVOS	Poluição dos Corpos Hídricos				Saneamento	Erosão/Assorear
		Poluição Atmosférica	Poluição Atmosférica	Poluição Atmosférica	Poluição Atmosférica		
FÍSICOS	Recursos Hídricos .rios/lagoas/águas subterrâneas	XX	—	XX	XX	XX	XX
	Ar	—	XX	—	—	—	—
	Recursos Minerais .renováveis .não renováveis	XX	—	XX	—	—	XX
	Recursos Florestais .renováveis .não renováveis	—	—	—	—	—	XX
	Ecosistemas .mar .relêvo .biodiversidade .recursos genéticos	XX	—	—	XX	XX	XX
	Solo	XX	—	—	—	—	—
	Paisagem	—	—	—	—	—	—
	Lazer/Recreação	XX	—	XX	—	XX	—
	Aprazibilidade (bem-estar)	XX	—	XX	XX	XX	—
	SÓCIO/CULTURAIS	—	—	—	—	—	—

RUBRICA

7769 - 1/02

L 13

FÍSICOS					SOCIAIS	
Item	Desmatamento/Destruição Ecossistemas	Extinção de Espécies	Disposição Inadequada de Resíduos	Miséria/Exclusão		
1	XX	—	XX	XX		
2	—	—	—	—		
3	XX	—	XX	XX		
4	XX	XX	XX	XX		
5	XX	XX	XX	XX		
6	XX	XX	XX	XX		
7	—	—	XX	XX		
8	XX	—	XX	XX		
9	XX	—	XX	XX		
10	—	—	XX	XX		

TCE - RJ

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL - TCA JÁ FIRMADOS

RUBRICA

7709 - 1/02

15

	Atividade	TCA Assinado em
01	Pan-Americana Indústrias Químicas	24/09/1998, em vigência
02	LIGHT Serviços de Eletricidade S. A.	09 de julho de 1999
03	Companhia Siderúrgica Nacional	27 de janeiro de 2000
04	Companhia Nacional de Alcalis	17 de março de 2000
05	Companhia Docas do Rio de Janeiro	28 de abril de 2000
06	PETROBRAS - REDUC	18 de maio de 2000
07	PETROBRAS	06 de junho de 2000
08	PETROFLEX	06 de junho de 2000
09	Indústria e Comércio Deluxe Ltda	09 de agosto de 2000
10	CEHAB	28 de dezembro de 2000
11	Fábrica Carioca de Catalizadores S/A	29 de dezembro de 2000
12	Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S/A	12 de janeiro de 2001
13	Tasa Lubrificantes Ltda	12 de janeiro de 2001
14	Industria Extrativa Araruama	06 de fevereiro de 2001
15	Itã Comércio e Industria de Ostras Ltda	06 de fevereiro de 2001
16	Walo Mineração Ltda	06 de fevereiro de 2001
17	Moagem Progresso Ltda	06 de fevereiro de 2001
18	Companhia Nacional da Alcalis	06 de fevereiro de 2001
19	Administração e Participação de Imóveis Coiatelli Ltda	13 de fevereiro de 2001
20	Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - ANGRA II	22 de fevereiro de 2001
21	Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - ANGRA II	06 de março de 2001

TCE - RJ

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL - TCA JÁ FIRMADOS

7709 - 1/02

RUBRICA

15

	Atividade	TCA Assinado em
01	Pan-Americana Indústrias Químicas	24/09/1998, em vigência
02	LIGHT Serviços de Eletricidade S. A.	09 de julho de 1999
03	Companhia Siderúrgica Nacional	27 de janeiro de 2000
04	Companhia Nacional de Alcalis	17 de março de 2000
05	Companhia Docas do Rio de Janeiro	28 de abril de 2000
06	PETROBRAS - REDUC	18 de maio de 2000
07	PETROBRAS	06 de junho de 2000
08	PETROFLEX	06 de junho de 2000
09	Indústria e Comércio Deluxe Ltda	09 de agosto de 2000
10	CEHAB	28 de dezembro de 2000
11	Fábrica Carioca de Catalizadores S/A	29 de dezembro de 2000
12	Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S/A	12 de janeiro de 2001
13	Tasa Lubrificantes Ltda	12 de janeiro de 2001
14	Indústria Extrativa Araruama	06 de fevereiro de 2001
15	Itã Comércio e Indústria de Ostras Ltda	06 de fevereiro de 2001
16	Walo Mineração Ltda	06 de fevereiro de 2001
17	Moagem Progresso Ltda	06 de fevereiro de 2001
18	Companhia Nacional da Alcalis	06 de fevereiro de 2001
19	Administração e Participação de Imóveis Coiatelli Ltda	13 de fevereiro de 2001
20	Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto - ANGRA II	22 de fevereiro de 2001
21	Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto - ANGRA II	06 de março de 2001

TERMO DE COMPROMISSO

TCE - RJ

PROCESSO Nº 7269-1/02
AMBIENTAL - TCA EM ELABORAÇÃO

RUBRICA

16

	Atividade
01	UNAMAR
02	Extratores de Areia dos municípios de Seropédica e de Itaguaí
03	Armco Staco Metalúrgica
04	Indústria de Alimentos Ouro Verde Casimiro Ltda
05	Prefeitura Municipal de Areal
06	Armco Staco Metalúrgica
07	BAYER do Brasil
08	Companhia Brasileira de Antibióticos - CIBRAN
09	Companhia Nacional de Tecidos Nova América
10	Companhia Progresso Industrial - Fábrica Bangu
11	Companhia Sayonara Industrial
12	CIBA GEIGY
13	Indústria Gradim
14	Laboratório B. Braun
15	LIMPANO
16	Petrobrás Distribuidora - FABR
17	Procosa Produtos de Beleza
18	Sul Atlântico Alimentos
19	Vulcan Material Plástico

ANULAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL EXPEDIDA INDEVIDAMENTE

NÚMERO DA LICENÇA	ATIVIDADE	DATA DA ANULAÇÃO
LI nº 221/98	Pasquale Mauro	01 de fevereiro 1999
LO nº 667/98	Central Rio Tecnologia Ambiental	27 de maio de 1999
LI Nº 019/00	Pasquale Mauro	16 de agosto de 2000
LI nº 059/00	Pasquale Mauro	16 de agosto de 2000